
Assassinato por morte: limites entre reconhecimento e estímulo ao risco profissional em prêmios destinados a jornalistas no Brasil¹

Soraya VENEGAS²

Universidade Estácio de Sá - Universidade Veiga de Almeida

RESUMO

No filme *Assassinato por Morte*, de 1976, renomados detetives são convidados por um excêntrico milionário para “um jantar e um assassinato”. Um milhão de dólares seriam entregues àquele que decifrasse o enigma antes do amanhecer. Por ambição, vaidade ou características do *ethos* profissional, os riscos da premiação foram assumidos e, de um ambiente onde nada era o que parecia, todos saíram vivos. Os jornalistas Líbero Badaró, Vladimir Herzog e Tim Lopes não tiveram a mesma sorte. Os três atuaram no Brasil, foram assassinados em função de sua atividade profissional e, hoje, têm seus nomes em premiações destinadas à categoria. Nesse artigo, busca-se perceber como os trabalhos premiados refletem os ideais do jornalista homenageado e o quanto estimulam os concorrentes a assumirem riscos crescentes em busca do reconhecimento profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Investigativo; Identidade Jornalística; Estímulo ao Risco; Premiações.

I. Introdução

O que Líbero Badaró, Vladimir Herzog e Tim Lopes tem em comum? Os três atuaram como jornalistas no Brasil e foram assassinados em função de sua atividade profissional. Hoje, têm seus nomes associados a relevantes premiações destinadas à categoria. Líbero Badaró foi morto em 1830, pouco depois do início da imprensa no Brasil, sendo considerado o primeiro jornalista assassinado no país. Vladimir Herzog morreu mais de um século depois, em 1975, no período da Ditadura Militar brasileira nas dependências do Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna, DOI/CODI, em São Paulo. Inicialmente notificada como suicídio, sua morte foi, anos depois, reconhecida como assassinato pelo Estado. Tim Lopes, ao contrário, não morreu pelas mãos, ou a mando, de autoridades institucionalizadas. No início do terceiro milênio, em 2002, foi torturado e morto por traficantes de drogas, no Rio de Janeiro.

No caso de Líbero Badaró e Vladimir Herzog, cada um é homenageado por uma premiação, enquanto Tim Lopes tem seu nome associado a três prêmios ligados ao Jornalismo Investigativo. No campo da investigação, Tim Lopes ganhou notoriedade pelos temas escolhidos para as suas matérias

¹ Trabalho apresentado na DT 1 – Jornalismo do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 7 a 9 de junho de 2018.

² Jornalista. Doutora em Comunicação e Cultura pela ECO-UFRJ. Coordenadora dos Cursos de Jornalismo e de Fotografia na Universidade Estácio de Sá – Campus Niterói. Bolsista pesquisadora do Programa Pesquisa Produtividade da Universidade Estácio de Sá. Email:soraya.ferreira@estacio.br

(muitos deles ligados à exploração sexual de menores e ao tráfico de drogas). Usava métodos pouco ortodoxos de apuração (uso de disfarces, identidades falsas e câmera escondida).

Esse artigo busca dar continuidade a dois temas pouco explorados nas pesquisas acadêmicas: o assassinato de profissionais de mídia no Brasil e o estudo das premiações brasileiras destinadas a jornalistas, como foco em cinco delas: *Prêmio Líbero Badaró de Jornalismo*, *Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos*; *Prêmio Tim Lopes de Jornalismo Investigativo*, *Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística* e *Troféu Tim Lopes* (categoria *Reportagem Investigativa do Prêmio Imprensa Embratel/Claro*), no sentido de identificar como os trabalhos premiados refletem a prática profissional do jornalista homenageado e, até que ponto, a valorização de determinadas práticas estimula os profissionais a assumirem riscos crescentes.

As premiações se destacam dentre as representações sociais que, através de um conjunto de conceitos, técnicas e procedimentos, constituem a identidade profissional, muitas vezes marcada pela capacidade de assumir riscos e enfrentar situações perigosas em busca da veracidade das informações. Na trama da comédia de humor negro *Assassinato por Morte*, de 1976, quem assume os riscos de apuração, com visível entusiasmo, são renomados detetives, quando um excêntrico milionário, Lionel Twain (interpretado pelo jornalista Truman Capote), os convida para “um jantar e um assassinato”. Sua missão era descobrir, previamente, a trama que envolveria um crime que ocorreria de sábado para domingo – e escapar dos atentados sofridos desde que chegaram à isolada mansão. O prêmio para quem conseguisse permanecer vivo num ambiente em que nada era o que parecia e decifrar o enigma antes do amanhecer seria, além do reconhecimento entre os pares, a quantia de um milhão de dólares.

Será que no exercício diário do jornalismo em geral, e do investigativo em particular, os jornalistas, assim como os detetives do filme, estão assumindo riscos demais em busca de prêmios e de reconhecimento? Ou será que a motivação se deve fundamentalmente aos elementos que constituem a identidade e o *ethos* profissional construídos desde que a atividade se estabeleceu no país, sendo os prêmios apenas a merecida recompensa pelo “bom jornalismo”, cujo valor está muito longe do um milhão de dólares do filme? Ao ler os textos que apresentam os finalistas e os trabalhos vencedores das premiações há pistas a serem observadas. Espera-se poder refletir um pouco mais sobre esses questionamentos ao segui-las, pois como no filme, os prêmios podem reforçar diferentes valores e não ser exatamente o que parecem.

II. “Complexo de Clark Kent”: assumir riscos, enfrentar perigos para conquistar prêmios

Por ocasião da comemoração do Dia do Jornalista, em 07 de abril³ de 2016, circularam pelas redes sociais diversos *memes*; entre eles, o seguinte: “*Se jornalista não fosse uma profissão difícil, o super-homem tinha escolhido outra*”. Apesar do humor contido na citação, fato é que muitas vezes se tem exigido dos profissionais atitudes de super-herói. Como ressalta a professora Zélia Adghirni ao tratar da “mitologia do jornalismo”, baseada no papel ocupado pela categoria no século XX.

Heróis e rebeldes, nas trincheiras de guerra, como correspondentes ou como repórteres investigativos nos bastidores do poder ou ainda como colunistas de grife lidando com informações privilegiadas, jornalistas invadiram e ocuparam espaço privilegiado na sociedade. Alguns se tornaram ícones para jovens aspirantes a Super-Homens travestidos de Clark Kent, o repórter sempre alerta do Planeta Diário. Para a última geração de jornalistas, a referência absoluta é a dupla Woodward e Berenstein, jornalistas do Washington Post que decifraram o caso Watergate levando a renúncia o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, em 1973. (ADGHIRNI, 2005: 46).

Nesse contexto, reforça-se que atividade jornalística é reconhecida como tal por um conjunto de técnicas, práticas e normas que orientam a competência do profissional de informar à sociedade sobre assuntos de relevância pública, através de um relato baseado em fatos e com o maior senso de objetividade possível. Os manuais de redação, os profissionais renomados e a grade curricular dos cursos de graduação são exemplos da garantia da coesão desta atividade em torno de critérios que lhe são próprios, conforme postula Nelson Traquina (2008) quando teoriza que os jornalistas têm um “modo de ver, de falar e de agir”.

Do mesmo modo que os prêmios representam o coroamento de uma prática junto aos pares, eles também sinalizam como deve ser a conduta dos profissionais em suas práticas de seleção, coleta, apuração, processamento e distribuição da informação noticiosa. Essas práticas e condutas são gradativamente incorporadas ao que Pierre Bourdieu denominou *habitus* da identidade profissional de um campo social. Segundo a definição clássica de Bourdieu, o conceito *habitus* deve ser pensado “como sistema das disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (BOURDIEU, 1992:191).

Bourdieu propõe ainda o conceito de campo enquanto um “espaço onde se travam relações objetivas”, em que agentes (que são os sujeitos investidos de um *habitus*) lutam para determinar

³ A data retoma a história de Líbero Badaró, cujo assassinato, associado a outras insatisfações, levou a população a pensar que o imperador Dom Pedro I poderia ser um dos mandantes. O imperador abdicou do poder em 7 de abril de 1831 e, na mesma data, em 1908, foi criada a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que, em 1931, instituiu oficialmente o 7 de abril como Dia do Jornalista.

quem tem legitimidade para falar e do que é legítimo falar. Esse espaço social é percebido como um “conjunto organizado”, através do qual as posições dos atores sociais se constituem umas em relação às outras, formando um “sistema de posições” que se definem pela sua própria posição, como os pontos cardeais se definem em relação aos seus opostos (BOURDIEU, 1983: 21). Ou seja, os atos só têm sentido relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções. O campo jornalístico seria, assim, uma situação institucionalizada, na qual os seus agentes (jornalistas, distribuidores, anunciantes, acionistas) desenvolvem suas ações como atividades regidas por regras e convenções válidas, tornando-se rotinas do trabalho diário.

Adghirni ressalta que as recentes mudanças nas rotinas profissionais têm destruído a imagem romântica do jornalista, que hoje é um profissional híbrido, atuante tanto no campo das mídias como servindo aos grandes grupos de comunicação. Assim, para ela, o mito do jornalista herói está com os dias contados. “O jornalista hoje é um burocrata da notícia sentado diante de um computador que lhe serve de fonte de informação, sala de redação, tela de texto. É provável que nem ele nem a sociedade acreditem mais na função social do jornalismo”. (ADGHIRNI, 2005: 47).

Os resultados das premiações, contudo, parecem caminhar na contramão do quadro proposto pela autora, ao destacar justamente as atitudes profissionais que se coadunam com o que Ciro Marcondes Filho (2000) situa no campo da informação, no qual jornalista tem uma atitude proativa e vai em busca da notícia; o que dá trabalho e, por vezes, acaba por expô-lo a situações de perigo. Embora perceba que, na atualidade, o ofício enfrente uma crise, para o autor, o verdadeiro jornalismo investiga, denuncia, mostra os males da sociedade e cobra das autoridades. Ele aponta que uma tendência estimulante é a terceirização da reportagem, da pesquisa e da investigação jornalística. No contexto em que muitas vezes não há interesse das fontes em divulgar a informação socialmente relevante, pode ser necessário que o profissional, que tem que manter seu emprego ou enfrentar a concorrência para vender reportagens exclusivas, assuma não só riscos no momento de apuração e de checagem de dados, mas também os consequentes da divulgação de matérias indesejadas pelos envolvidos em situações ilícitas.

Para aprofundar essa linha de argumentação, é necessário vislumbrar os conceitos de risco e perigo. Ao questionar o significado do termo risco, percebe-se que estamos diante de uma questão complexa, de difícil definição e na qual os limites são ambíguos, na medida em que o conceito assume múltiplos significados e conotações sociais. Embora pareça consenso que a noção de risco tenha se tornado central na modernidade, a ponto de ser objeto de pesquisa abordado por diversas disciplinas, quando procuramos uma definição mais conceitual, o consenso dá lugar a perspectivas contraditórias e até antagônicas.

João Areosa pontua que, apesar dessa pluralidade, existe um elemento transversal, presente em todas as definições que é justamente a incerteza, ou seja, a percepção de que aquilo que é possível acontecer pode ou não transformar-se em realidade. Ele acrescenta que a noção de risco é socialmente construída, mostrando-se como algo incontrolável, na medida em que é impossível avaliar o nível de segurança de nossas escolhas a fim de prevenir a ocorrência de acidentes ou de efeitos indesejados. Assim, na perspectiva do autor, o conceito de risco envolve “probabilidades ou possibilidades sobre a ocorrência de eventos futuros, surgindo também associado a uma certa contingência ou ambiguidade decorrente das diversas dinâmicas do mundo social.” (AREOSA, 2008:3). Desse modo, sua essência não é tanto aquilo que está ocorrendo, mas sim, aquilo que pode vir a acontecer.

Mary Douglas, no livro *Risk and Blame* (1992), apresenta a noção de risco como a maneira moderna de avaliar o perigo em termos de probabilidade, num contexto de incerteza. Nele há um capítulo específico para tratar “Risco e perigo”, no qual a autora afirma que os perigos são suficientemente reais e aterrorizantes, que tentar evitá-los pode acarretar novos perigos e que a escolha entre diferentes perigos jamais é simples. Douglas acrescenta que “cada cultura é instruída a usar perigos como instrumento de barganha, mas tipos diferentes de cultura escolhem diferentes tipos de perigos para sua autopreservação” (DOUGLAS, 1992: 47). Areosa lembra que, segundo Niklas Luhmann (1993), tanto risco quanto perigo estão ligados à ideia de potencial perda futura, mas o termo perigo deve ser usado se as consequências ou prejuízos de um determinado acontecimento dependerem da nossa vontade. Já a palavra risco é a mais adequada quando a origem dos acontecimentos não for externa, mas sim que eles sejam derivados de decisões próprias. Nesse sentido, Salvatore La Mendola pontua que:

“O deslizamento semântico do termo risco, passando a significar perigo, assinala o medo que nossa sociedade exprime com relação à demanda pragmática de aquisição de poder por parte dos protagonistas, ao ato de assumir responsabilidade que começa pela escolha de quais riscos enfrentar. Assinala, além disso, a tentativa recorrente de ocultar o fato de que o perigo é imanente. Um modo de pensar que, dito de outro modo, acredita ser capaz de anular os aspectos indesejáveis do viver, como se, com essa mudança, fosse pronunciada uma fórmula mágica.” (LA MENDOLA, 2005:sp)

No exercício profissional cotidiano, o que pode parecer uma decisão autônoma de assunção de risco, muitas vezes é fruto de pressões advindas das chefias, de competição com os outros veículos de mídia ou mesmo do medo da perda do emprego. Segundo a ONG Repórteres Sem Fronteiras (RSF), o Brasil caiu cinco posições no relatório de 2016 em relação à liberdade de imprensa, passando a ocupar a 104ª posição entre os 180 países analisados. Os sete casos de jornalistas assassinados em 2015 por razões associadas ao seu trabalho informativo identificados pela

ONG, cinco a mais que no ano anterior, foram determinantes para a queda. Segundo a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo - Abraji, que publicou a notícia, sete variáveis são avaliadas para compor o *ranking*: “pluralismo, independência dos meios de comunicação, ambiente e autocensura, legislação, transparência, infraestrutura e violência”⁴. Mesmo em um cenário adverso como o brasileiro, os jornalistas ainda buscam realizar trabalhos exclusivos e de excelência e, para tal, muitas vezes subestimam as situações de perigo e acabam por assumir riscos profissionais. Os prêmios podem ser a consequência desse esforço, mas também servirão de estímulo para que novos riscos sejam assumidos.

Entre os cinco prêmios aqui estudados, apenas um é promovido por uma empresa, a mesma que reforça sua marca no nome da premiação – *Prêmio Imprensa Embratel/Claro*. A maioria conta com apoio/parceria de entidades de classe, como Sindicatos de Jornalistas, Federação Nacional dos Jornalistas - Fenaj, Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos - Arfoc, Abraji, entre outros⁵. Isto demonstra o reconhecimento do valor e do papel dos órgãos associativos de classe para mapeamento do campo, constituição do *ethos* jornalístico, estabelecimento de paradigmas de qualidade no exercício profissional e respeitabilidade da premiação.

III. Libero Badaró e a liberdade de imprensa

“... altamente declaramos que não temos o menor medo de ameaças. Aconteça o que acontecer, a nossa vereda está marcada e não nos desviamos dela: não há força no mundo que nos possa fazer dobrar, senão a da razão, da justiça e da lei. Estamos em face do Brasil e para servi-lo daremos por bem empregada a vida”. Libero Badaró (*O Observador Constitucional*, 17 de setembro de 1830)⁶

Giovanni Battista Libero Badaró nasceu em fins do século XVIII, na Itália. Médico de formação veio para o Brasil em 1826, 18 anos depois que corte da D. João VI chegou ao país trazendo a imprensa. Segundo Carlos Müller⁷, no Rio de Janeiro, Badaró tornou-se amigo de Evaristo da Veiga, um jornalista que se destacava pelas ideias liberais. Dois anos depois, foi para São Paulo e, em 1829, lançou o jornal *Observador Constitucional*. Nessa época, conforme pontua o autor, o conservadorismo ganhava força e seus líderes eram cada vez mais truculentos. Entre eles,

⁴“Aumento da violência faz Brasil cair em ranking de liberdade de imprensa”, disponível em http://www.abraji.org.br/?id=90&id_noticia=3434, acessado em 20 de abril de 2016.

⁵ O Prêmio Jornalístico Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos, por exemplo, foi instituído em 1978 pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo; Comitê Brasileiro de Anistia; Comissão Executiva Nacional dos Movimentos de Anistia; Fenaj; ABI/SP; Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo - OAB/SP, Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e Família Herzog.

⁶ Apud GOETA, A. **Libero Badaró – O sacrifício de um paladino da liberdade**. E-books Brasil, 2000.

⁷ MULLER, Carlos. “Há 180 anos, Líbero Badaró era assassinado”, disponível em <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/ha-180-anos-libero-badaro-era-assassinado-10dsqhyy4db5fgoik4wwj94r2>, acessado em 20 de abril de 2016

estava o desembargador Candido Ladislau Japiassú, que odiava Badaró, especialmente pelo jornalista ter divulgado que o magistrado censurara peças teatrais inexistentes. Em 1830, Líbero Badaró foi assassinado com um tiro de pistola, que o matou horas depois de ser desferido, tempo suficiente para que o jornalista fosse interrogado e afirmasse que o mandante do crime era Japiassú.

Apesar da notícia do atentado ter se espalhado rapidamente, o mandante do crime não foi preso. “A pretexto de protegê-lo da ira popular e sob a alegação de que o acusado gozava de foro privilegiado, foi decidido que Japiassú seria conduzido ao Rio de Janeiro, não preso, mas sob escolta, para lá ser julgado” (MULLER, 2010, SP). Porém não houve condenação, nem de Japiassú, nem do Imperador D. Pedro I, que outros acreditavam que poderia estar também por trás do atentado. Sobre o legado do primeiro jornalista assassinado no Brasil em função de suas escolhas profissionais, Cristiano Wildner, em artigo no *Observatório da Imprensa*, acrescenta:

“Líbero Badaró precisava ser morto porque seu proselitismo em favor da liberdade de expressão incomodava o regime. Em seu jornal denunciava os desmandos e excessos cometidos pelos governantes. A morte do jornalista provocou uma corrente de indignação que repercutiu em toda a imprensa e na sociedade. Líbero Badaró, após ser atingido pelo tiro, agonizou por 24 horas e deixou a célebre frase: “Morre um liberal, mas não morre a liberdade.” Assim se tornou um símbolo da liberdade de imprensa no Brasil. Um século depois de sua morte, em 1931, a data foi instituída pela Associação Brasileira de Imprensa como o Dia do Jornalista.”⁸

O *Prêmio Líbero Badaró de Jornalismo*, promovido pela revista e portal *Imprensa*, foi oferecido pela primeira vez em 1989, mais de 150 anos depois da morte do jornalista, contou com onze edições e tem periodicidade irregular. A primeira ocorreu em 1989 e a mais recente em 2014, com um hiato de mais de 10 anos, entre 2002-2012, período em que a premiação parecia extinta. Não houve nova edição desde então e, o site oficial do prêmio anuncia para “breve” sua 12ª edição.

A 11ª edição, ocorrida em 2014, foi dividida em dez categorias - cobertura internacional, fotojornalismo, ilustração, jornalismo impresso, jornalismo universitário, primeira página, radiojornalismo, reportagem cinematográfica, telejornalismo e webjornalismo. Segundo o regulamento, a premiação não se destina a pautas específicas, mas “tem por objetivo estimular o desenvolvimento da imprensa brasileira, identificando e premiando os melhores trabalhos jornalísticos em suas principais modalidades”. A palavra liberdade, tão cara a Badaró, não aparece em nenhum ponto desse regulamento. Na 11ª edição, houve mais de 1,8 mil trabalhos inscritos, número superior de 2013, que contou com 1,35 mil trabalhos.

⁸ WILDNER, Cristiano. “Um legado de Líbero Badaró”, disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/ed689-um-legado-de-libero-badaro/>, acessado em 20 de abril de 2016.

Além das dez categorias, um único trabalho por edição é agraciado com o Grande Prêmio Líbero Badaró de Jornalismo. Nas duas edições mais recentes, 2013 e 2014, as reportagens vencedoras foram respectivamente "Coletânea da guerra no Afeganistão", de Adriana Carranca de *O Estado de S. Paulo* e "A Batalha de Belo Monte", executada por uma equipe de 19 profissionais da *Folha de São Paulo* coordenados por Marcelo Leite. Adriana Carranca ilustra bem o estereótipo do jornalista "super-herói", nesse caso, super-heroína, pois escreve principalmente sobre conflitos, intolerância religiosa e direitos humanos, com olhar especial sobre a condição das mulheres. A exposição aos perigos e a avaliação de riscos parece ser uma constante na atividade profissional da jornalista.

A reportagem "A Batalha de Belo Monte"⁹ conta com recursos inimagináveis na época de Badaró. São cinco capítulos compostos no total por 24 vídeos, 55 fotos, 18 infográficos e um game. O trabalho aborda a construção da terceira maior hidrelétrica do mundo, uma obra controversa devido à previsão de baixo rendimento da usina e do alto impacto no ambiente e nas populações de índios, ribeirinhos e habitantes da cidade de Altamira, onde está localizada. Em reportagem publicada no Portal Imprensa, o jornalista responsável pelo projeto não faz qualquer menção ao homenageado pela premiação nem a quaisquer riscos enfrentados para sua execução.

IV. Vladimir Herzog e os direitos humanos

"Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados".
Vladimir Herzog¹⁰

Vladimir Herzog nasceu mais de cem anos depois da morte de Líbero Badaró. Assim como o Badaró, era estrangeiro e escolheu o Brasil para exercer o ofício de Jornalista. Nascido na Croácia, em 1937; cinco anos depois, para fugir do nazismo, veio com os pais para o Brasil. Também como o primeiro jornalista assassinado, não teve formação específica de Jornalismo. Estudou filosofia. Não fundou o seu próprio jornal, mas prestou serviço para vários, entre eles *O Estado de S. Paulo* e a revista *Visão*. Não se restringiu à mídia impressa, atuou também nas TVs Excelsior e Cultura. Logo após o golpe militar de 1964, foi para Londres, contratado pelo Serviço Brasileiro da BBC, mas em 1968, quando foi promulgado o Ato Institucional n.5; que autorizava o presidente da República a fechar o Congresso Nacional, cassar mandatos parlamentares, suspender direitos políticos de

⁹ <http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2013/12/16/belo-monte/>, acesso em 10 de abril de 2016.

¹⁰ Disponível em http://www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/resistir_e_preciso.html, acesso em 10 de março de 2016.

qualquer cidadão, bem como acabar com a garantia do habeas-corpus e a censura ganhava ainda mais força, Herzog já estava de volta ao Brasil.

O jornalista foi assassinado, em 1975, nas dependências do DOI/CODI, em São Paulo. Na versão oficial da época, o crime foi notificado como suicídio por enforcamento, o que foi imediatamente contestado tanto pelo sindicato dos jornalistas como por outros segmentos da sociedade, que denunciaram a tortura e o assassinato. Um culto ecumênico, celebrado em memória do jornalista, reuniu mais de oito mil pessoas e foi uma manifestação pública de repúdio ao autoritarismo. A partir daí, Vladimir Herzog tornou-se o símbolo da luta pela democracia, liberdade e justiça no período de ditadura militar no Brasil, que se estendeu até os anos 80.

Três anos após a morte de Herzog, conseguiu-se que a Justiça responsabilizasse o Estado pela prisão, tortura e morte de Vladimir. Mais oito anos foram necessários para que a Comissão Especial dos Desaparecidos Políticos reconhecesse que ele havia sido assassinado. A ideia de criar o prêmio surgiu dois anos após a morte do jornalista. Em 1979, ocorreu a primeira edição do certame. Segundo o site oficial da premiação - <http://www.premiovladimirherzog.org.br/> - inscrever trabalhos nas primeiras edições era visto como um desafio aos governos totalitários que dominavam a América Latina. Por isso, o *Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos* era mais abrangente e poderia ser concedido também a jornalistas de países vizinhos. A partir dos processos de redemocratização em boa parte do continente, a premiação se concentrou em matérias publicadas no Brasil.

Com o fim do regime totalitário no Brasil, o prêmio passou a ter como mote os atos de desrespeito aos Direitos Humanos, que continuam acontecendo no país. Por isso, o destaque passou a ser para as “reportagens que estimulam a luta pela cidadania, contra todo o tipo de tortura e exclusão social e, ainda, pelos direitos à moradia, educação e saúde”¹¹. Ao contrário dos outros prêmios aqui estudados, o *Vladimir Herzog* não oferece qualquer recompensa em dinheiro. Assim, os mais de 300 trabalhos que chegam anualmente à comissão julgadora o fazem em busca do reconhecimento. A premiação é dividida em nove categorias – Artes, Fotografia, Jornais, Rádio, Revista, Internet, TV – Documentário, TV – Jornalismo e Tema Especial e não há um grande prêmio que se sobreponha a essa segmentação.

O regulamento obriga que, para que sejam elegíveis, os trabalhos versem sobre democracia e direitos humanos, mas não serão aceitos os que tenham sido produzidos originalmente para campanhas políticas ou tenham sido veiculados como informe publicitário, nem os que não apresentem relato do roteiro de pauta, procedimentos de apuração e o número do registro profissional

¹¹ <http://www.premiovladimirherzog.org.br/>, acessado em 15 de abril de 2016

do jornalista responsável pela obra, o que reforça o *ethos* profissional. Sua periodicidade tem se mantido anual e estável. Os objetivos declarados da premiação, que são “reconhecer e premiar os jornalistas que, através de seu trabalho, colaboram com a promoção da Democracia, da Cidadania e dos Direitos Humanos e Sociais” e, “reverenciar a memória do jornalista Vladimir Herzog”, através do estímulo a matérias sobre temas que lhes eram caros.

Pela observação superficial dos trabalhos premiados e, sem acesso aos relatos de apuração, não foi possível perceber o risco como um elemento diferencial nos trabalhos premiados. Nesse certame, em que os resultados não são apresentados com textos laudatórios, o foco parece ser a básica função social do jornalismo e o destaque de valores que qualquer super-herói da ficção se empenharia em defender.

V. Um assassinato, três premiações: Tim Lopes e o estímulo aos riscos no exercício do Jornalismo Investigativo

“Durante três dias, eu vendi balas, chicletes e biscoitos pelos sinais de trânsito da cidade e vi que o medo e a luta pela sobrevivência é separado (sic) pelo vidro do carro. Quer uma balinha, meu irmão, vai uma balinha aí?” (Tim Lopes, s/d)¹²

Para a análise das premiações que homenageiam Tim Lopes, é necessário partir da hipótese de que o termo Jornalismo não é mais suficiente para demonstrar a qualidade da apuração constitutiva do ofício. Solano Nascimento (2010), por exemplo, propõe que o *Jornalismo Investigativo* se diferencia dos demais pelo processo de trabalho dos profissionais, que utilizariam metodologias e técnicas não ortodoxas para obtenção e checagem das informações. Existiria, segundo ele, ainda o *Jornalismo sobre Investigações* se ocuparia da divulgação do trabalho daqueles cuja obrigação seria investigar os crimes. Nesse sentido, o primeiro seria mais arriscado que o segundo.

O jornalista Marcelo Beraba, ex-presidente da Abraji, fundada em 2002, logo após a morte de Tim Lopes, pontua, que apesar do desconforto causado pela expressão Jornalismo Investigativo; nos últimos anos, a atividade tornou-se uma qualificação específica para as reportagens de mais fôlego, que demandam mais tempo e paciência para pesquisas, entrevistas, observação direta, checagem e recheagem numa busca obsessiva por documentos e provas. Cleofe Sequeira propõe que o *Jornalismo Investigativo* tem como especificidade o processo de trabalho dos profissionais, que utilizariam metodologias e técnicas diferenciadas para obtenção e checagem das informações; sem,

¹² Trecho extraído do documentário *Histórias de Archanjo*, no qual o jornalista está disfarçado de vendedor de alimentos pelos sinais de trânsito do Rio de Janeiro, para fazer uma reportagem televisiva.

contudo, assumir o risco de tentar substituir as instituições oficiais, cuja obrigação seria investigar os crimes.

Solano Nascimento retoma um documento publicado, em 1983, pela IRE – *Investigative Reporters and Editors*, entidade de jornalistas norte-americanos e as obras de autores sul-americanos que sintetizam três requisitos para que uma reportagem seja considerada investigativa: 1) A investigação deve ser feita por jornalistas e não fruto de investigações de outra ordem – policiais, advogados ou outras autoridades; 2) O tema da reportagem deve ser de interesse público e ter relevância para a audiência; 3) A reportagem deve demonstrar a superação de obstáculos, visto que se tenta esconder o assunto do público. Nesse terceiro aspecto, é possível inferir que tal superação pressupõe a avaliação dos riscos envolvidos e o enfrentamento de certos perigos.

O autor demonstra incômodo ao perceber que, a partir dos anos 2000, “reportagens reproduzindo investigações oficiais passaram a frequentar listas de finalistas e ganhadores dos mais importantes prêmios de jornalismo do país” (NASCIMENTO, 2010: 4). Não raro, o único mérito dos vencedores é conseguir antes dos colegas um documento, relatório, gravação ou outro material produzido por um policial, fiscal da Receita Federal ou procurador da República, por exemplo.

(...) eu me perguntava se os jurados desses prêmios se davam conta de que aquelas reportagens não tinham qualquer trabalho profundo de apuração dos repórteres. O que mais me preocupava era o recado que estava sendo dado às novas gerações de jornalistas. Se conseguir com uma autoridade os resultados de uma investigação oficial podia garantir prêmios, prestígio e bons salários, por que os jovens repórteres iriam gastar tempo e esforço para fazer as suas próprias investigações? (NASCIMENTO, 2010:5)

Fazer as próprias investigações, de modo bastante independente e usando métodos pouco ortodoxos, alguns eticamente discutíveis, sempre foi característica do jornalista Tim Lopes. Seu assassinato, em junho de 2002, foi um marco para o posicionamento dos profissionais de imprensa, especialmente em relação à prática do Jornalismo Investigativo e das coberturas cotidianas da editoria de Polícia. O jornalista da TV Globo foi capturado quando fazia uma investigação sobre bailes funk financiados pelo tráfico de drogas. Dentre as práticas utilizadas por Tim Lopes, estava o uso de uma microcâmera, equipamento descoberto pelos traficantes.

Segundo matéria de *O Globo*, Lopes decidira fazer a investigação após receber denúncias de moradores da Vila Cruzeiro de que menores eram obrigadas a participar dos bailes funk, usando drogas e se prostituindo. Como repórter experiente, assumiu os riscos, apesar de seu rosto ter se tornado mais conhecido desde o ano anterior, quando recebera o *Prêmio Esso de Telejornalismo* e o *Prêmio Líbero Badaró*, pela série de matérias televisivas intitulada “Feira das drogas”, na qual mostrou a ação de traficantes, livre de qualquer repressão, nas favelas da Grota, da Rocinha e da Mangueira e em ruas da Zona Sul do Rio de Janeiro.

O jornalista Percival de Souza, autor de *Narcoditadura - O Caso Tim Lopes, Crime Organizado e Jornalismo Investigativo no Brasil*, pontua que, apesar das polêmicas, a morte de Lopes mudou a visão de muitos profissionais em relação ao trabalho em áreas de risco, o que ele classificou como “o AT e o DT, antes de Tim, depois do Tim”. Uma alteração que o jornalista classifica como DT foi quando, no Congresso Extraordinário dos Jornalistas, em 2007, o novo texto do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros admitiu o uso de câmeras escondidas. No Art. 11, ele prevê que o jornalista não pode divulgar informações “obtidas de maneira inadequada, por exemplo, com o uso de identidades falsas, câmeras escondidas ou microfones ocultos, salvo em casos de incontestável interesse público e **quando esgotadas todas as outras possibilidades de apuração**”¹³ (grifo nosso). Mas, essas estratégias eram adotadas de modo contumaz por Tim Lopes, o que tende a aumentar o nível de perigo caso o profissional seja desmascarado.

Arcanjo Antonino Lopes do Nascimento, nome de batismo de Tim Lopes, começou como contínuo na revista *Domingo Ilustrado*. Da década de 70 até meados dos anos 90, dedicou-se à mídia impressa até chegar à TV Globo, em 1996. Assim como no filme *Assassinato por Morte*, que dá nome ao artigo, na prática profissional, os disfarces imperavam. Ainda no jornalismo impresso, para uma matéria sobre as condições de trabalho nas obras do metrô do Rio, vestiu-se de operário; para outra, passou-se por mendigo para retratar a realidade de meninos de rua. Quando trabalhou em *O Dia*, disfarçou-se de peão de obra e de sem-teto. Já na Globo, numa reportagem sobre gangues de rua, passou-se por vendedor ambulante na Central do Brasil. As empresas onde trabalhou, aparentemente sem se importar com o nível de perigo ao qual expunham o seu profissional, sempre providenciaram as condições necessárias para que seus disfarces fossem credíveis.

Tim Lopes tornou-se inspiração para três premiações: *Prêmio Tim Lopes de Jornalismo Investigativo*, *Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística* e *Troféu Tim Lopes* (categoria *Reportagem Investigativa do Prêmio Imprensa Embratel/Claro*). O primeiro foi idealizado pela Central Disque Denúncia, através do Movimento Rio de Combate ao Crime (MOVRIO) e do Instituto Brasileiro de Combate ao Crime (IBCC). O segundo foi criado através da parceria entre Agência de Notícias dos Direitos da Infância - Andi, Fundo das Nações Unidas para a Infância - Unicef e Childhood Brasil. O terceiro foi o nome dado ao troféu a ser entregue categoria de *Reportagem de Jornalismo Investigativo*, criada em 2003, logo após a morte do repórter, pelo *Prêmio Imprensa Embratel/Claro*.

Ressalta-se que ao contrário das outras premiações, o *Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística* tem a particularidade de premiar pautas e não reportagens prontas, o que é

¹³ FENAJ. <http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1811>, em 28 de junho de 2014

justificado por seu objetivo de sensibilizar e estimular jornalistas em relação à exploração e abuso sexual de crianças e jovens e, para tal, oferecer condições técnicas, teóricas e financeiras para que os profissionais desenvolvam suas histórias, prestando apoio no aprofundamento da pauta, com aulas e conversas com especialistas. Com o apoio da Abraji, o concurso foi realizado entre 2002 e 2014, a cada dois anos, e se dividiu em cinco categorias: Impresso, Rádio, TV, Mídia Alternativa e Temática Especial. Assim como no *Vladimir Herzog*, não há um grande prêmio, que se sobreponha às categorias.

De acordo com o regulamento do concurso, são considerados como critérios de valoração das propostas de investigação jornalística: amplitude e relevância da investigação, diversidade das fontes consultadas, aprofundamento das pesquisas, possibilidade de *suites* e, especialmente, o desenvolvimento de uma abordagem jornalística que não se limite a denunciar o problema, mas busque “apontar soluções e boas práticas para o fenômeno em foco”. Os resultados dos processos investigativos, como prevê o regulamento, devem ser veiculados pelos proponentes e depois disponibilizados no site da premiação: <http://www.andi.org.br/timlopes>.

O *Prêmio Tim Lopes de Jornalismo Investigativo*, promovido desde 2003 pelo Disque-Denúncia do Rio de Janeiro, é marcado pela interrupção de três anos na concessão do prêmio e pela indefinição conceitual do que se considera elegível como Jornalismo Investigativo. O regulamento passou por diversas formatações até estabilizá-lo, em 2013, quando o Disque-Denúncia conseguiu patrocínio da Petrobras retomar a concessão do prêmio, que hoje soma R\$37mil (€9.390). Na edição de 2015 (a última que se tem notícia) a premiação contemplava oito categorias: Fotografia, Rádio, Internet e Repórter Cinematográfico; TV e Jornal; Direitos Humanos e Meio Ambiente. Há o *Grande Prêmio Tim Lopes de Jornalismo Investigativo*, que pode ser atribuído à reportagem veiculada em qualquer meio. A vencedora da edição de 2015, selecionada entre os mais de 150 trabalhos inscritos, foi “Prefeito de Coari (AM) é acusado de abusar de meninas de 9 a 15 anos”, realizada pela equipe do programa dominical *Fantástico*, da Rede Globo. O tema e o programa premiados são os mesmos do último trabalho do homenageado, que dá nome à premiação.

Segundo o site - <http://www.premiotimlopes.com.br/premiotimlopes/>, o objetivo da premiação é fomentar a produção de matérias de cunho investigativo, cuja escolha do tema seja iniciativa do jornalista, e não do editor ou veículo, o que se coaduna com o estilo de trabalho de Tim Lopes, que sempre convenceu seus editores da viabilidade de seus projetos autorais. Percebem-se, contudo, fissuras no modelo. Em 2006, por exemplo, Fábio Gusmão, do *Jornal Extra*, recebeu o prêmio pela reportagem intitulada “Janela Indiscreta”, baseada

nos registros feitos por uma idosa que, por dois anos, filmou a atividade dos traficantes na Ladeira dos Tabajaras em Copacabana, no Rio de Janeiro, e entregou as fitas à polícia. O resultado da denúncia foi a prisão de diversos envolvidos com o tráfico. Conceitualmente, o trabalho de Gusmão seria uma reportagem sobre investigações e não Jornalismo Investigativo. Em entrevista, o repórter afirma que é responsabilidade do jornalista preocupar-se com os riscos corridos pela fonte e admite que, em meio a situações de perigo, aqueles que estão diretamente envolvidos – muitas vezes o próprio jornalista – não conseguem dimensionar o risco.

No *Prêmio Imprensa Embratel/Claro*, Tim Lopes dá nome ao troféu da categoria *Reportagem Investigativa* que possui regulamento diferenciado, que orienta sobre os critérios a serem observados para que a reportagem esteja em condições de se candidatar. Pela visão do prêmio, a reportagem deve ser fruto da apuração/investigação do próprio repórter ou equipe, exigindo esforço e dedicação do(s) seu(s) autor(es), com trabalho de campo, cuja publicação deve gerar um desfecho concreto do caso abordado em suas respectivas esferas sociais de competência. Não são consideradas reportagens investigativas as baseadas apenas em documentos fornecidos por terceiros e, para concorrer, assim como no *Prêmio Vladimir Herzog*, o jornalista deve apresentar seu registro profissional e um histórico ou descrição do processo investigativo, a ser avaliado pela Comissão Julgadora.

Ao observar as onze reportagens vencedoras do *Troféu Tim Lopes* é possível confirmar o quanto as estratégias do repórter tornaram-se paradigmáticas para o exercício da investigação. Ao assistir as reportagens, é possível perceber o uso crescente da câmera escondida, de disfarces ou de identidades falsas no processo de apuração, mesmo antes da alteração do Código de Ética. Sobre as temáticas destacadas como relevantes para o exercício do Jornalismo Investigativo, quatro reportagens estão diretamente ligadas a irregularidades associadas a políticos; duas tratam de venda irregular de peças de carros ou motos; outras cinco abordam irregularidades, que vão do tráfico de drogas – um dos temas preferidos de Tim Lopes - às consequências da violência urbana para jovens e crianças, outro tema destacado nas reportagens do jornalista.

VI. Considerações Finais

Através da observação da biografia dos jornalistas homenageados, dos sites institucionais das premiações, dos regulamentos e de alguns trabalhos vencedores, foi possível notar diferentes níveis de identificação entre os trabalhos premiados e os valores profissionais do jornalista homenageado. Situação semelhante se configurou ao tentarmos avaliar como os perigos enfrentados para execução da reportagem funcionavam (ou não) como diferencial nos critérios de julgamento. Para entender

melhor esse segundo aspecto, seriam necessários tanto o acesso aos roteiros de apuração quanto aos jurados das premiações, visto que muitos dos sites institucionais não trazem textos de apresentação para os trabalhos premiados. No *Grande Prêmio Líbero Badaró de Jornalismo*, bem como nas peças premiadas nas edições mais recentes do *Prêmio Vladimir Herzog*, o fator risco não é destacado nas reportagens. A situação se altera quando avaliamos os prêmios ligados a Tim Lopes e ao conceito de Jornalismo Investigativo.

Com relação aos valores profissionais do jornalista homenageado, no *Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística*, destaca-se a temática, presente em muitos trabalhos do repórter, inclusive no último, que resultou em sua morte. No *Prêmio Tim Lopes de Jornalismo Investigativo*, destacam-se aspectos ligados ao denunciismo, característico da instituição promotora, que busca homenagear o jornalista, responsável por várias reportagens para editoria de polícia. Já no *Troféu Tim Lopes de Reportagem de Jornalismo Investigativo*, os pontos de contato se dão pela valoração da imagem televisiva e por privilegiar os trabalhos que envolvem o uso de microcâmeras.

O jornalista profissional vive sob ameaça, seu uniforme de “super-herói” são os coletes à prova de bala, as câmeras escondidas ou os disfarces para realizar o seu trabalho – seja este nomeado *Jornalismo Investigativo* ou não. Assim, equipes de jornalistas inexperientes (ou não) continuam a se colocar em risco ao se passarem pelo que não são: moradores de comunidades onde impera o tráfico de drogas ou a milícia, por exemplo, em busca de prêmios e de reconhecimento profissional. É bom lembrar que eles, diferente dos super-heróis, não têm o corpo blindado, como os homenageados das premiações bem demonstraram.

Referências

- ADGHIRNI, Z. “O Jornalista: do mito ao mercado”, **Estudos em Jornalismo e Mídia** Vol.II Nº 1 - 1º Semestre de 2005
- AREOSA, J. “O risco no âmbito da teoria social”, **VI Congresso Português de Sociologia**. Universidade de Nova Lisboa, junho de 2008, número de série: 323
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva. 1992
- DOUGLAS, M. **Risk and Blame - Essays in cultural theory**. New York, Routledge.1992
- OETA, A. **Libero Badaró – O sacrifício de um paladino da liberdade**. E-books Brasil. 2000.
- LA MENDOLA, S. “O sentido do risco”. **Tempo Social**. vol.17 no.2 São Paulo Nov. 2005
- MARCONDES-FILHO, C. **Jornalismo – A saga dos cães perdidos**. São Paulo. Hacker Editores. 2000.
- NASCIMENTO, S. **Os Novos Escribas**. Porto Alegre. Arquipélago Editorial. 2010.
- SEQUEIRA, C. **Jornalismo Investigativo**. São Paulo: Summus Editorial. 2005
- TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo**. Volume II. Florianópolis: Insular. 2008